

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.800.000
Preferenciais	0
Total	22.357.800.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	894.050	792.424
1.01	Ativo Circulante	83.574	41.168
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.964	27.347
1.01.03	Contas a Receber	10.971	9.909
1.01.03.01	Clientes	10.971	9.909
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.955	1.808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.955	1.808
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.325	874
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.359	1.230
1.01.08.03	Outros	1.359	1.230
1.02	Ativo Não Circulante	810.476	751.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.735	11.231
1.02.01.03	Contas a Receber	3.716	3.716
1.02.01.03.01	Clientes	3.716	3.716
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.127	7.269
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.127	7.269
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	892	246
1.02.03	Imobilizado	9.331	6.515
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.331	6.515
1.02.04	Intangível	782.410	733.510
1.02.04.01	Intangíveis	782.410	733.510
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	514.719	522.450
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	267.120	210.414
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	571	646

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	894.050	792.424
2.01	Passivo Circulante	644.764	533.174
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.086	3.505
2.01.01.01	Obrigações Sociais	414	405
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.672	3.100
2.01.02	Fornecedores	14.516	21.249
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.516	21.249
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.206	2.920
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.198	1.778
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.198	1.778
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.008	1.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	602.123	481.438
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	602.123	481.438
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	602.123	481.438
2.01.05	Outras Obrigações	12.086	814
2.01.05.02	Outros	12.086	814
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	456	539
2.01.05.02.05	Outros Passivos	5.406	275
2.01.05.02.06	Perda não realizada com operação de derivativo	6.224	0
2.01.06	Provisões	9.747	23.248
2.01.06.02	Outras Provisões	9.747	23.248
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	9.747	23.248
2.02	Passivo Não Circulante	56.342	51.842
2.02.02	Outras Obrigações	43.851	41.358
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.870	38.195
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	40.870	38.195
2.02.02.02	Outros	2.981	3.163
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.981	3.163
2.02.04	Provisões	12.491	10.484
2.02.04.02	Outras Provisões	12.491	10.484
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.686	1.480
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	4.837
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	10.805	4.167
2.03	Patrimônio Líquido	192.944	207.408
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-30.634	-16.170

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	66.882	194.626	80.687	166.105
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-45.577	-135.501	-58.280	-108.078
3.03	Resultado Bruto	21.305	59.125	22.407	58.027
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.634	-11.452	-3.715	-9.262
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.634	-11.452	-3.649	-9.080
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.210	-10.368	-3.640	-8.479
3.04.02.02	Honorários da Administração	-424	-1.084	-9	-601
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-66	-182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.671	47.673	18.692	48.765
3.06	Resultado Financeiro	-25.227	-68.995	-20.797	-59.497
3.06.01	Receitas Financeiras	388	1.146	2.134	5.968
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.615	-70.141	-22.931	-65.465
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.556	-21.322	-2.105	-10.732
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.777	6.858	590	3.298
3.08.01	Corrente	2.777	6.858	590	3.298
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.779	-14.464	-1.515	-7.434
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.779	-14.464	-1.515	-7.434
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,25850	-0,64690	-0,06780	-0,33250

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.011	62.154
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.446	65.904
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-15.037	-7.434
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-7.153	-3.298
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	11.237	8.914
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	1.011	5.789
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	53.645	56.426
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	2.675	3.099
6.01.01.07	Provisão para Demandas Judiciais	206	116
6.01.01.08	Provisão para Manutenção em Rodovias	6.638	2.292
6.01.01.09	Perda não realizada com operação de derivativo	6.224	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.435	-3.750
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.062	-1.264
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-6.097	-411
6.01.02.03	Outros Ativos	-129	-1.433
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-6.733	-433
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-83	32
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-714	-70
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	581	-159
6.01.02.09	Outros Passivos	4.949	-12
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-147	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.302	-61.442
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-3.358	-1.880
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-33.307	-25.852
6.02.03	Provisão para Investimento em Rodovias - Pagamentos	-45.637	-33.710
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	67.908	-1.759
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	593.491	484.200
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-525.583	-485.959
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.617	-1.047
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.347	75.125
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.964	74.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.464	0	-14.464
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-14.464	0	-14.464
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-14.464	0	-14.464
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-30.634	0	192.944

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.434	0	-7.434
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-7.434	0	-7.434
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-7.434	0	-7.434
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-12.403	0	211.175

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	205.522	176.162
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	126.020	116.424
7.01.02	Outras Receitas	79.502	59.738
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	78.891	59.406
7.01.02.02	Receitas Acessórias	611	332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-126.233	-95.332
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.548	-35.094
7.02.04	Outros	-82.685	-60.238
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-78.891	-56.735
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-3.794	-3.503
7.03	Valor Adicionado Bruto	79.289	80.830
7.04	Retenções	-11.237	-8.914
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.237	-8.914
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	68.052	71.916
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.146	5.968
7.06.02	Receitas Financeiras	1.146	5.968
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	69.198	77.884
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	69.198	77.884
7.08.01	Pessoal	15.267	12.560
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.666	10.182
7.08.01.02	Benefícios	2.601	2.378
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.065	10.486
7.08.02.01	Federais	4.809	4.709
7.08.02.03	Municipais	6.256	5.777
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.330	62.272
7.08.03.01	Juros	55.452	59.525
7.08.03.02	Aluguéis	1.878	2.747
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.464	-7.434
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.464	-7.434



Concessionária Rodovias do Tietê – 2012

As informações não financeiras incluídas no Comentário de Desempenho, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório de Desempenho e as correspondentes Informações Contábeis Intermediárias contidas no formulário ITR da Comissão de Valores Mobiliários referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, acompanhado do relatório de revisão dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da



região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, nos nove primeiros meses de 2012, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 126.020 mil (R\$ 116.424 mil em 2011). No mesmo período, arrecadou R\$ 611 mil (R\$ 332 mil acumulado no 3º trimestre de 2011) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 10.896 mil em 2012 e R\$ 10.057 mil em 2011.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no terceiro trimestre de 2012, R\$ 78.891 mil de receita de construção contra R\$ 59.406 mil em 2011 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetado para a primeira intervenção que ocorrerá até 2014, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.



Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil - Acumulado Setembro	2012	2011
Receita Bruta	205.522	176.162
Receitas de Pedágio	126.020	116.424
Receita de Construção	78.891	59.406
Outras Receitas	611	332
(-) Deduções de Receita	(10.896)	(6.310)
Receita Líquida	194.626	169.852
(-) Custos e Despesas Operacionais	(56.825)	(57.934)
(-) Custos de Construção	(78.891)	(59.406)
EBITDA	58.910	52.512
Margem EBTIDA	50,90%	47,55%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no período de nove meses, encerrado em 30 de setembro de 2012, refere-se às receitas financeiras oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre a terceira e quarta série de notas promissórias emitidas em dezembro de 2011 e agosto de 2012 respectivamente.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 357.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos à ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados à realização dos investimentos



compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de 2010, remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.

Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstas no Contrato de Concessão.

Em 21 de junho de 2011 foi emitida a segunda série de notas promissórias, para liquidação da primeira série. Este financiamento de curto prazo foi liquidado em 17 de dezembro de 2011 via emissão da terceira série de notas promissórias com vencimento em 16 de junho de 2012, estas foram prorrogadas por mais 60 dias visando a 4ª emissão em 13 de agosto de 2012 que terá prazo de 12 meses e valor de R\$ 600 MM. Durante este prazo será estruturado a nova operação de debêntures com data prevista para agosto de 2013.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos nove meses de 2012 representaram R\$ 82.302 mil e foram destinados para a ampliação, conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.



Gestão de Pessoas

O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 400 funcionários.

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.

Esses três primeiros anos de operação foram fundamentais para a construção de uma equipe competente e comprometida com os objetivos traçados, permitindo à Concessionária atender e superar as necessidades dos usuários e da sociedade.

Para isso foram definidas as necessidades e a aplicação de treinamentos específicos, tanto para as equipes operacionais quanto administrativas. Definiu-se, também a metodologia de avaliação e remuneração por desempenho.

Responsabilidade Social

A Rodovias do Tietê é formada por um grande time de profissionais dedicado a fazer o melhor pelos usuários do seu sistema viário. Atividades educativas realizadas pelos colaboradores da empresa em parceria com o Policiamento Rodoviário conscientizam para a segurança de quem trafega ou mora perto de uma rodovia.

Foram 18 campanhas ao longo de 2011 que abordaram mais de 7.300 pessoas, entre adultos e crianças, todos multiplicadores de uma nova consciência para um trânsito melhor e mais respeitoso. As campanhas fazem parte do Programa de Redução de Acidentes adotado pela concessionária conforme orientação da Artesp.



As principais campanhas foram:

- Campanha Álcool e Direção;
- Quarta no Quartel;
- Café na Passarela;
- Campanha para motociclistas;
- Campanha de uso do cinto de segurança;
- Semana Nacional do Trânsito: Campanha Seleção da Estrada;
- Campanha para pedestres

Responsabilidade Ambiental

Além de se preocupar com a segurança e infraestrutura de quem viaja pelo seu trecho, a Concessionária Rodovias do Tietê também está atenta ao meio ambiente. A empresa elabora e implanta, periodicamente, planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado, incluindo o acompanhamento ambiental por profissionais especializados.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e locais aprovados pelos órgãos ambientais.

Além disso, pela segunda vez a Concessionária Rodovias do Tietê realizou a ação “Deixe o mundo mais verde” – lema da Campanha em homenagem ao Dia da Árvore (21 de setembro) e início da Primavera (23 de setembro) e que distribuiu mudas de Ipê Roxo (*Tabebuia avellanadae*) e Aroeira Pimenteira (*Schinus terebinthifolia*) aos usuários do sistema concessionado. A distribuição de 15 mil mudas de árvores aconteceu em todas as nove praças de pedágio, além de marcar mais uma edição da Semana Nacional de Trânsito.



Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
Joana Ricciardi
Wendel Caleffi
Rafael Negrão Rossi
José Renato Ricciardi
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Paulo Jorge C. Fernandes

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objetivo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação e exploração, mediante concessão onerosa, do Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, sob a forma determinada no Edital de Concorrência Pública Internacional nº. 005/2008, definido por Corredor Marechal Rondon Leste incluído na 2ª Etapa da 2ª Fase do Programa de Concessões de Rodoviárias do Estado de São Paulo, cujo leilão foi promovido pela ARTESP em 29 de outubro de 2008. O corredor é constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 417 km. O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi de R\$517 milhões. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob-responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob-responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de setembro de 2012, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.067 milhões (R\$2.310 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Em 09 de fevereiro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à Companhia o registro de companhia aberta. O objetivo desse registro é possibilitar a emissão de debêntures, de acordo com a CVM 400, conforme comentado abaixo.

Situação financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$14.464 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$561.190. Nessa data, o endividamento da Companhia estava composto, substancialmente, por notas promissórias com vencimento para 13 de agosto de 2013, no montante de R\$602.123 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Conforme comentado anteriormente, a Companhia, em 2009, assumiu a operação do corredor leste da rodovia Marechal Rondon, após ser a vencedora do processo licitatório ocorrido em 2008, sendo pago ao poder concedente o montante de R\$517 milhões à título de outorga fixa durante os 18 primeiros meses de operação. Para financiar este projeto, a Concessionária obteve junto a um sindicato bancário liderado pelo Banco do Brasil e Banco Espírito Santo um empréstimo ponte, quitado em 21 de dezembro de 2010 com os recursos obtidos pela emissão da 1ª série de notas promissórias com vencimento para 21 de junho de 2011, prorrogadas para 17 de dezembro de 2011 (2ª série) e, novamente, para 13 de junho de 2012 (3ª série), para melhor estruturação do empréstimo de longo prazo pelo mesmo sindicato contratado para o empréstimo ponte.

A operação de longo prazo estruturada pelo sindicato previa a obtenção de parte dos recursos via debêntures e parte via sistema BNDES, que prevê amortizações lineares e não otimizadas de acordo com a evolução do fluxo de caixa da Companhia, além de *cross default* com outras operações dos acionistas. Este cenário não atendia as necessidades da Concessionária, que optou por rescindir, em 2012, o contrato e arcando integralmente com as despesas contratuais estipuladas.

Na sequência, em 26 de março de 2012, a Companhia contratou o Banco Barclays para a estruturação de uma nova operação com recursos oriundos totalmente via emissão de debêntures e com o amparo da Lei nº 12.431, que prevê isenção de impostos para investidores nacionais e estrangeiros para investimentos de infraestrutura. Devido ao curto prazo para a emissão e distribuição dos papéis, a Companhia optou por seguir a instrução CVM 476, que prevê um máximo de 50 investidores para a oferta. No entanto, durante o período de *road show*, percebeu-se uma retração do mercado internacional devido à crise europeia e à volatilidade cambial dos últimos meses. Já os investidores nacionais, principalmente com políticas de crédito mais conservadoras, optaram por aguardar a estabilização do mercado financeiro, além de novas operações enquadradas na Lei nº 12.431, visto que era a primeira baseada na nova legislação, apesar das taxas atrativas dos papéis remunerados a IPCA+8,75%. Com este cenário, a Companhia decidiu que a melhor opção seria alongar sua dívida de curto prazo por 12 meses, para então emitir as debêntures nos mesmos moldes da oferta anterior, optando pela instrução CVM 400, que possibilita uma gama maior de investidores, além do amadurecimento das operações enquadradas pela Lei nº 12.431. Para isso, a Companhia cancelou, em 1º de junho de 2012, a operação com o Banco Barclays e contratou o Banco BTG Pactual S.A., que adquiriu no mercado secundário as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013, garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão. Os recursos financeiros obtidos foram utilizados na liquidação das notas promissórias da emissão anterior, no montante de R\$525.583 em 13 de agosto de 2012 e custos de captação, que totalizaram R\$7.377, e o restante, no valor de R\$67.908 para financiamento de obras, conforme cronograma previsto no Contrato de Concessão, para o período até fevereiro de 2013. Dessa forma, a Concessionária acredita que suas operações estarão garantidas até que a obtenção de recursos financeiros de longo prazo, através da emissão de debêntures, seja efetivamente realizada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, que é a moeda funcional da Companhia.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação--Continuação

Para adequação à forma de apresentação das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2012 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, as contas a receber do Poder Concedente relativas ao pleito de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão (vide nota explicativa nº 5), originalmente registradas no ativo circulante, no montante de R\$3.716, foram reclassificadas para o ativo não circulante. Essa reclassificação não causou impacto no resultado do período findo em 30 de setembro de 2011 ou no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2011, ambos apresentados para fins de comparação.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de dezembro de 2012.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2012.

Os pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias pela adoção destes pronunciamentos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	2.967	1.886
Aplicações financeiras	59.997	25.461
	<u>62.964</u>	<u>27.347</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Contas a receber

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico a receber (i)	9.293	8.130
Cartões de pedágio a receber (i)	586	391
Receitas acessórias (i)	317	-
Indenizações a receber do Poder Concedente (ii)	3.716	3.716
Valores em trânsito	775	1.388
	<u>14.687</u>	<u>13.625</u>
Não circulante	<u>(3.716)</u>	<u>(3.716)</u>
Circulante	<u>10.971</u>	<u>9.909</u>

- (i) A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.
- (ii) Refere-se a tarifas não recebidas durante a suspensão da cobrança das tarifas entre os dias 18 e 24 de novembro de 2009 para a praça de pedágio situada no município de Conchas, e entre os dias 20 e 24 de novembro de 2009 para as demais praças, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar foi cassada e a administração pleiteia o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio. A Administração não espera perdas sobre esses valores, uma vez que a Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias, e, dessa forma, o reequilíbrio econômico e financeiro é devido e previsto no Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	12.815	6.602
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	573	503
Provisão para participação nos lucros	652	689
Perda não realizada com operação de derivativo	2.116	-
Outras provisões	139	228
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (ii):		
Provisão para manutenção de rodovias	3.674	1.416
Provisão para investimentos em rodovias	3.314	9.548
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	2.637	(3.942)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão (i)	1.542	1.743
	<u>27.462</u>	<u>16.787</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (ii):		
Amortização – curva de tráfego (iii)	<u>(13.335)</u>	<u>(9.518)</u>
	<u>(13.335)</u>	<u>(9.518)</u>
Líquido	<u>14.127</u>	<u>7.269</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre a reversão, em 2010, do ajuste a valor presente, registrado em 2009, na rubrica Credora por concessão, em contrapartida do Intangível. Em 2009, a Companhia não optou pelo RTT – Regime Tributário de Transição, dessa forma, a reversão do ajuste a valor presente registrado em 2009 foi considerada indedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social de 2010. Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado concomitantemente à amortização do Intangível.
- (ii) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.787	(9.518)	7.269
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do período	6.213	-	6.213
Diferenças temporárias:		-	
Provisão para demandas judiciais	70	-	70
Provisão para participação nos lucros	(37)	-	(37)
Perda não realizada com operação de derivativo	2.116	-	2.116
Outras provisões	(89)	-	(89)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	2.258	-	2.258
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	216	-	216
Reversão do ajuste a valor presente	127	-	127
Complemento da provisão pela revisão da estimativa para liquidar a obrigação presente	4.747	-	4.747
Pagamento da provisão pela realização de obras	(11.324)	-	(11.324)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(201)	-	(201)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	6.579	-	6.579
Amortização – curva de tráfego	-	(3.817)	(3.817)
Saldo em 30 de setembro de 2012	(27.462)	(13.335)	14.127

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos--Continuação**

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.872	(4.621)	2.251
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do período	4.554	-	4.554
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	40	-	40
Provisão para participação nos lucros	(293)	-	(293)
Outras provisões	(1)	-	(1)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	779	-	779
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	1.370	-	1.370
Reversão do ajuste a valor presente	599	-	599
Reversão da provisão pela revisão da estimativa para liquidar a obrigação presente	(2.169)	-	(2.169)
Pagamento da provisão pela realização de obras	(11.461)	-	(11.461)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(197)	-	(197)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	13.737	-	13.737
Amortização – curva de tráfego	-	(3.660)	(3.660)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>13.830</u>	<u>(8.281)</u>	<u>5.549</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	Acumulado do Exercício		Trimestre Atual	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(21.322)	(10.732)	(8.556)	(2.105)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	7.250	3.649	2.909	716
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:				
Realização do ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	(201)	(201)	(67)	(67)
Diferenças permanentes	(191)	(150)	(65)	(59)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>6.858</u>	<u>3.298</u>	<u>2.777</u>	<u>590</u>
Taxa efetiva	32%	31%	32%	28%

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/09/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	709	(80)	629	299
Equipamentos de informática	20	2.320	(978)	1.342	1.208
Equipamentos de telefonia comercial	20	197	(42)	155	183
Edifícios e instalações	4	6.696	(82)	6.614	-
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	4.728
Adiantamentos a fornecedores	-	204	-	204	-
Outros	10 a 20	495	(108)	387	97
		10.621	(1.290)	9.331	6.515

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão.

O saldo de edifícios e instalações refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

b) Movimentação

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	343	366	-	709
Equipamentos de informática	1.853	467	-	2.320
Equipamentos de telefonia comercial	196	1	-	197
Edifícios e instalações	-	521	6.175	6.696
Imobilizações em andamento	4.728	1.447	(6.175)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	204	-	204
Outros	143	352	-	495
	7.263	3.358	-	10.621
Depreciação				
Móveis e utensílios	(44)	(36)	-	(80)
Equipamentos de informática	(645)	(333)	-	(978)
Equipamentos de telefonia comercial	(13)	(29)	-	(42)
Edifícios e instalações	-	(82)	-	(82)
Outros	(46)	(62)	-	(108)
	(748)	(542)	-	(1.290)
Líquido	6.515	(2.816)	-	9.331

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Móveis e utensílios	210	125	335
Equipamentos de informática	1.475	167	1.642
Equipamentos de telefonia comercial	7	188	195
Imobilizações em andamento	250	1.331	1.581
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Outros	92	69	161
	<u>2.034</u>	<u>1.880</u>	<u>3.914</u>
Depreciação			
Móveis e utensílios	(13)	(22)	(35)
Equipamentos de informática	(349)	(211)	(560)
Equipamentos de telefonia comercial	(2)	(1)	(3)
Outros	(29)	(10)	(39)
	<u>(393)</u>	<u>(244)</u>	<u>(637)</u>
Líquido	<u>1.641</u>	<u>1.636</u>	<u>3.277</u>

8. Intangível

a) Composição

		30/09/2012			31/12/2011
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(27.525)	514.719	522.450
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	111.763	(5.387)	106.376	92.162
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	82.361	(3.075)	79.286	74.366
Serviços de construção - em andamento	(iii)	76.320	-	76.320	37.007
Outros	(iv)	5.522	(384)	5.138	6.879
Direito de uso de software		954	(383)	571	646
		<u>819.164</u>	<u>(36.754)</u>	<u>782.410</u>	<u>733.510</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

a) Composição--Continuação

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11. b).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação**b) Movimentação**

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	96.036	15.591	-	136	111.763
Serviços de construção - obras concluídas	76.226	-	(699)	6.135	81.662
Serviços de construção - em andamento	37.007	46.283	-	(6.271)	77.019
Outros	7.155	-	(1.633)	-	5.522
Direito de uso de software	901	53	-	-	954
	759.569	61.927	(2.332)	-	819.164
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(19.794)	(7.731)	-	-	(27.525)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(3.874)	(1.513)	-	-	(5.387)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.860)	(1.215)	-	-	(3.075)
Outros	(276)	(108)	-	-	(384)
Direito de uso de software	(255)	(128)	-	-	(383)
	(26.059)	(10.695)	-	-	(36.754)
Líquido	733.510	51.232	(2.332)	-	782.410
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	106.046	-	(6.377)	-	99.669
Serviços de construção - obras concluídas	38.134	-	-	34.197	72.331
Serviços de construção - em andamento	34.738	25.696	-	(34.197)	26.237
Outros	7.574	-	-	-	7.574
Direito de uso de software	703	156	-	-	859
	729.439	25.852	(6.377)	-	748.914
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(10.194)	(5.802)	-	-	(15.996)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(1.995)	(945)	-	-	(2.940)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.155)	(1.734)	-	-	(2.889)
Outros	(142)	(81)	-	-	(223)
Direito de uso de software	(108)	(108)	-	-	(216)
	(13.594)	(8.670)	-	-	(22.264)
Líquido	715.845	17.182	(6.377)	-	726.650

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia remensurou a provisão para investimentos em rodovias pela revisão da estimativa e época para liquidar a obrigação presente e reconheceu um ajuste, no montante de R\$13.958, em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto na OCPC 05. Vide nota explicativa nº 11.b.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

9. Notas promissórias

<u>Instituição financeira</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Banco do Brasil S.A.	-	139.121
BES Investimento do Brasil S.A.	-	139.066
Banco ABC Brasil S.A.	-	64.184
HSBC Bank Brasil S.A.	-	96.277
Banco Caixa Geral S.A.	-	42.790
Banco BTG Pactual S.A.	602.123	-
	602.123	481.438

Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia realizou a terceira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 13 de junho de 2012 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da segunda emissão. Os custos de captação totalizaram R\$6.278 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Em 01 de junho de 2012, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu no mercado secundário as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias--Continuação

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013. Esses recursos foram substancialmente utilizados para liquidação da 3ª série de notas promissórias comerciais. Os custos de captação totalizaram R\$7.377 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Essas notas promissórias estão garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão.

Conforme contrato assinado entre as partes, a emissão da 4ª série de notas promissórias possui as seguintes principais cláusulas restritivas:

- (a) na hipótese de excussão das garantias objeto dos Contratos de Garantia, em observância às disposições do artigo 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ("Lei de Concessões"), obter prévia aprovação da ARTESP na hipótese de transferência do controle acionário da Companhia, bem como respeitar o direito de co-segurado da ARTESP nas apólices de seguros exigidas no Contrato de Concessão;
- (b) manter a relação de dívida sobre o capital social da Companhia em proporção inferior a 75/25 durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, sendo que, caso solicitado pelo Agente de Notas, apresentar balancetes parciais para confirmação da mencionada relação de, no máximo, 75/25, sendo certo que a memória de cálculo com todas as contas abertas necessárias para a obtenção final desta relação deverá ser realizada pela Companhia e entregue tempestivamente ao Agente de Notas;
- (c) exceto pelos mútuos a pagar, pelo Acordo de Acionistas existente na data de celebração deste Contrato, não celebrar qualquer acordos que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, vincule ou possa criar qualquer ônus ou gravame ou limitação de disposição de ações emitidas pela Companhia; e,
- (d) não realizar, nem permitir que a Companhia realize, qualquer cisão, fusão ou incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária que implique na alteração do seu controle ou redução do seu capital social, sem aprovação prévia escrita e expressa dos titulares das notas promissórias comerciais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias--Continuação

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas acima descritas.

Em 30 de setembro de 2012, a taxa efetiva de juros das notas promissórias era de 12,28% (18,14% em 31 de dezembro de 2011).

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Remuneração fixa (1)	681	601
Remuneração variável (2)	403	-
	<u>1.084</u>	<u>601</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 16.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 16.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2012 a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2011 a 30/09/2011</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	20.435	19.096	1.339	1.549
Ascendi International Holding B.V.	16.348	15.279	1.069	1.240
Ascendi Brasil Participações Ltda.	4.087	-	267	-
Leão & Leão Ltda.	-	3.820	-	310
	<u>40.870</u>	<u>38.195</u>	<u>2.675</u>	<u>3.099</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas (vigente até a quitação da 3ª série de notas promissórias, em 13 de agosto de 2012), celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores (vide nota explicativa nº 9).

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

Conforme contrato de cessão de crédito datado de 11 de maio de 2012, em decorrência de mudança na composição acionária da Companhia, o mútuo com a Leão & Leão Ltda. foi transferido para a Ascendi Brasil Participações Ltda., subsidiária da Ascendi International Holding B.V..

11. Provisões

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para demandas judiciais	1.686	1.480
Provisão para investimentos em rodovias	9.747	28.085
Provisão para manutenção em rodovias	10.805	4.167
	<u>22.238</u>	33.732
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(9.747)</u>	(23.248)
Não circulante	<u>12.491</u>	<u>10.484</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação**a) Provisão para demandas judiciais--Continuação**

A movimentação da provisão nos períodos foi como segue:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas	1.480	206	1.686
	1.480	206	1.686

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas	42	116	158
	42	116	158

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui o equivalente à R\$5.525 de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade reduzida de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas informações contábeis intermediárias.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão nos períodos foi como segue:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012					
	Saldo inicial	Atualização monetária	Complemento de provisão	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final
Provisão para investimentos	28.861	370	13.958	-	(33.307)	9.882
Ajuste a valor presente (AVP)	(776)	-	-	641	-	(135)
	28.085	370	13.958	641	(33.307)	9.747

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011					
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão de provisão	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final
Provisão para investimentos	91.510	4.028	(6.377)	-	(33.710)	55.451
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.997)	-	-	1.761	-	(1.236)
	88.513	4.028	(6.377)	1.761	(33.710)	54.215

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2012	31/12/2011
2012	-	23.248
2013	9.747	4.837
	9.747	28.085

c) Provisão para manutenção em rodovias

Foi constituída com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, foi progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura.

A movimentação da provisão nos períodos foi como segue:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	8.917	9.294	18.211
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.750)	(2.656)	(7.406)
Saldo	4.167	6.638	10.805

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	4.270	3.432	7.702
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.556)	(1.140)	(2.696)
Saldo	2.714	2.292	5.006

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2012	31/12/2011
2017	5.189	1.002
2018	830	484
2019	2.805	1.730
2020	796	437
2021	1.185	514
	10.805	4.167

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia é de R\$223.578, representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 30 de setembro de 2012		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.178.923.798	-	11.178.923.798
		22.357.847.595	-	22.357.847.595

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2011		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	40,00%	8.943.139.038	-	8.943.139.038
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.784.760	-	2.235.784.760
		22.357.847.595	-	22.357.847.595

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Adicionalmente, conforme Contrato de Suporte de Acionistas vigente até 13 de agosto de 2012, conforme comentado na nota explicativa nº 9, os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Em 22 de agosto de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$240.000 para R\$223.578, mediante o cancelamento das ações não integralizadas naquela data.

Em 11 de maio de 2012, ocorreu a transferência das ações pertencentes à Leão & Leão LTDA para a Ascendi International Holding B .V., já acionista e detentora de 40% das ações da Companhia.

Em 29 de junho de 2012, ocorreu a transferência das ações pertencentes à CIBE Investimentos e Participações S.A. para a Atlantia Bertin Participações S.A.. Com isso, o novo quadro societário passou a ser composto por Atlantia Bertin Participações S.A. e Ascendi International Holding B. V., cada qual com 50% de participação societária.

b) Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Como previsto no estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório deverá ser pago em 60 dias a contar da data de sua aprovação em assembleia geral, podendo, no entanto, a referida assembleia deliberar pela distribuição de dividendo inferior ao mínimo assegurado ou pela retenção total do lucro.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

13. Receita operacional líquida

	Acumulado do Exercício		Trimestre Atual	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011
Receita com arrecadação de pedágio	126.020	116.424	46.168	43.360
Receita de serviços de construção	78.891	59.406	24.400	40.947
Receitas acessórias	611	332	320	126
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(10.896)	(10.057)	(4.006)	(3.746)
	194.626	166.105	66.882	80.687

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

14. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Acumulado do Exercício		Trimestre Atual	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011
Com pessoal (Nota 16)	(15.267)	(12.560)	(5.112)	(4.344)
Serviços de terceiros	(17.693)	(16.639)	(7.516)	(6.298)
Depreciação e amortização	(11.237)	(8.914)	(3.888)	(2.856)
Ônus variável da concessão	(3.794)	(3.503)	(1.393)	(1.305)
Manutenção e conservação	(7.142)	(8.114)	(1.977)	(3.381)
Custo dos serviços de construção	(78.891)	(59.406)	(24.400)	(40.947)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(6.638)	(2.292)	(3.143)	(780)
Seguros e garantias	(3.079)	(2.004)	(3.079)	(2.004)
Outros	(2.128)	(3.125)	721	(5)
	(145.869)	(116.557)	(49.787)	(61.920)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(135.501)	(108.078)	(45.577)	(58.280)
Despesas gerais e administrativas	(10.368)	(8.479)	(4.210)	(3.640)
	(145.869)	(116.557)	(49.787)	(61.920)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

15. Resultado financeiro

	Acumulado do Exercício		Trimestre Atual	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(52.777)	(56.426)	(15.663)	(21.035)
Perda não realizada em operação de derivativo (18.a)	(6.224)	-	(7.617)	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(2.675)	(3.099)	(819)	(1.132)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(1.011)	(5.789)	(105)	(1.048)
Multas passivas	(5.672)	(14)	-	-
Outras despesas financeiras	(1.782)	(48)	(1.411)	373
	<u>(70.141)</u>	<u>(65.465)</u>	<u>(25.615)</u>	<u>(22.931)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.125	5.935	375	2.124
Outros	21	33	13	10
	<u>1.146</u>	<u>5.968</u>	<u>388</u>	<u>2.134</u>
Resultado financeiro	<u>(68.995)</u>	<u>(59.497)</u>	<u>(25.227)</u>	<u>(20.797)</u>

16. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	Acumulado do Exercício		Trimestre Atual	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011
Salários e encargos sociais	10.935	10.182	3.630	4.666
Benefícios previstos em lei	1.000	1.228	(633)	568
Benefícios adicionais	1.601	1.150	1.517	310
Plano de participação nos resultados	1.732	-	599	-
	<u>15.267</u>	<u>12.560</u>	<u>5.112</u>	<u>4.344</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do período, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

16. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

17. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

	Acumulado do Exercício		Trimestre Atual	
	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011
Numerador:				
Prejuízo do período	(14.464)	(7.434)	(5.779)	(1.515)
Denominador:				
Média ponderada do número de ações	22.357.800.000	22.357.800.000	22.357.800.000	22.357.800.000
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	<u>(0,6469)</u>	<u>(0,3325)</u>	<u>(0,2585)</u>	<u>(0,0678)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e a variação da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que é o indexador das dívidas da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às notas promissórias e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Em 06 de junho de 2012, para mitigar este risco sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e *spread* de 3,7% ao ano, a Companhia celebrou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um *swap* de taxa de juros, na quantia nominal de R\$600.000, com vencimento para 13 de agosto de 2013, para troca de taxa de juros variável (CDI e *spread* de 3,7%) por taxa de juros fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA). Em 30 de setembro de 2012, a Companhia calculou o valor justo deste instrumento financeiro e reconheceu a perda não realizada de R\$6.224 no passivo circulante, em contrapartida de despesas financeiras, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

A Companhia adotou, para cálculo do valor justo do *swap*, a curva futura de mercado publicada pela BM&FBOVESPA em 30 de setembro de 2012. O cálculo considera o valor futuro da operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para o prazo negociado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2012</u>
Ponta ativa – CDI + 3,7%	<u>640.167</u>
Ponta passiva – IPCA + 8,35%	<u>(646.391)</u>
Perda não realizada	<u>(6.224)</u>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (que é afetado substancialmente pelo impacto das notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a variação da taxa média do CDI).

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI		8,38%	10,48%	12,57%
Notas promissórias	Aumento do CDI	(53.206)	(63.153)	(73.078)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(3.655)	(4.515)	(5.376)
Derivativo – SWAP	Aumento do CDI	-	8.866	14.794

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o valor registrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação**c. Risco de liquidez--Continuação**

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 04 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Notas promissórias (Nota 9)	-	602.123	-	602.123
Fornecedores e prestadores de serviços	8.707	5.809	-	14.516
Credor pela concessão	456	-	-	456
Obrigações tributárias	2.006	200	-	2.206
Obrigações trabalhistas	1.651	2.435	-	4.086
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	40.870	40.870
Outros passivos	-	5.406	2.981	8.387
Total	<u>12.820</u>	<u>615.973</u>	<u>43.851</u>	<u>672.644</u>

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua indexação a juros de mercado, quando aplicável, e/ou natureza de curto prazo.

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. Os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25, como mencionado na nota explicativa nº 9.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Notas promissórias	602.123	481.438
Mútuos a pagar a partes relacionadas	40.870	38.195
(-) Caixa e equivalente de caixa	(62.964)	(27.347)
Dívida líquida	<u>580.029</u>	<u>492.286</u>
Patrimônio líquido	<u>192.944</u>	<u>207.408</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>772.973</u>	<u>699.694</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.295.043
	Responsabilidade civil	24.780
	Riscos de engenharia	188.705
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	86.763
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	134.886

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012

Salto, 07 de dezembro de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012

Salto, 07 de dezembro de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro